
RELATÓRIO & CONTAS

2 0 1 0

INDICE

02 Preâmbulo

05 Relatório de Gestão

14 Demonstrações Financeiras



FUNDAÇÃO
SALVADOR CAETANO

PREÂMBULO

I

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, em nome e representação das sociedades fundadoras:

- Salvador Caetano – I.M.V.T., SA (actualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)

e

- Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.

(empresas fusionadas e que deram origem à actual CAETANO AUTO, S.A.)

II

Possui, desde então, a Sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia e o fundo inicial de constituição foi de Esc. 25.000.000\$00 (124.699,47 €).

III

Foi registada com o nº 501 208 585 de identificação de pessoa colectiva e sob a actividade 939900. A publicação no Diário da República ocorreu na III Série, nº 179 do dia 6 de Agosto de 1981.

IV

A Fundação Salvador Caetano mantém-se uma instituição portuguesa, particular, de carácter perpétuo, sem finalidade lucrativa, que visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, sendo o novo código de actividade principal o 88990.

V

Desenvolve a sua acção em todo o território nacional e, em 31 de Dezembro de 2010, beneficiava aproximadamente 12.000 utentes.

VI

As actividades de carácter social mais relevantes são:

- Plano Complementar de Protecção Médica
- Atribuição de subsídios familiares
 - Nascimento
 - Casamento
 - Morte
- Atribuição de Prémios e Subsídios de Estudo
- Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos

VII

Todos os anos é atribuído o “Prémio D. Ana Caetano” ao estudante natural de Oliveira do Douro ou Vilar de Andorinho que tenha concluído a sua licenciatura com melhor média.

VIII

Todos os anos é atribuído o “Prémio Salvador Caetano” ao estudante que tenha concluído a sua licenciatura em Gestão de Empresas com melhor média. Este Prémio é extensível a todo o território nacional.

IX

Paralelamente à actividade social atrás descrita e conforme o Artigo 4º, ponto 3, alínea a) dos seus Estatutos, a Fundação Salvador Caetano tem como objectivo “Organizar o Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

Relativamente a este ponto, no ano de 2006 foi decidido parar temporariamente o projecto museológico com o intuito de clarificar e redefinir os objectivos pretendidos. O mesmo manteve-se estagnado à espera de directrizes orientadoras.

Contudo, embora num ritmo lento, demos início em 2008 ao processo de inventariação do espólio utilizando uma ferramenta específica para Inventário e Gestão de Coleções Museológicas, designada de MATRIZ, programa adoptado pelo Instituto Português de Museus e pela generalidade de Museus existentes em Portugal. Em 2010, este processo teve a sua lenta continuidade.

X

Realça-se ainda o facto de que todos os pressupostos e actividade desenvolvida pela Fundação Salvador Caetano então existentes e que originaram a declaração de utilidade pública por despacho de Sua Excelência O Primeiro Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva de 13-02-1995, com publicação no Diário da República – II Série, de 3 de Março de 1995, se mantêm integralmente.

Será ainda de destacar o facto da Administração da Fundação Salvador Caetano ter decidido que a comparticipação das empresas instituidoras e aderentes deveria passar de 1,5% para 1,2% sobre o montante da remuneração ilíquida mensal que pagam aos seus trabalhadores subordinados por contrato de trabalho, conforme o ponto 6 do Regulamento de Adesão.

Esta alteração teve início em Janeiro de 2008 e visava atenuar as dificuldades que se perspectivavam para o Sector Automóvel, tendo em conta os sinais de crise económica e financeira que já então se verificavam.

Consideramos ainda como relevante a adesão de 1 nova empresa à Fundação Salvador Caetano durante o ano de 2010 (ENP – ENERGIAS RENOVÁVEIS DE PORTUGAL, S.A.).

Este facto demonstra a importância atribuída aos benefícios vigentes nesta Fundação e que são disponibilizados a todos os colaboradores das empresas do Grupo Salvador Caetano que queiram aderir.

Realçamos ainda que, visando proporcionar aos beneficiários desta Fundação a prestação de cuidados médicos de qualidade, com atendimento mais rápido e personalizado e a custos controlados, durante o ano de 2010 demos continuidade à celebração de Acordos de Prestação de Serviços na Área da Saúde com diversas instituições.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Acções desenvolvidas pela Fundação Salvador Caetano no quadriénio 2007-2010

RUBRICA	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
					2007 – 2010	2007 – 2010
Plano Complementar Protecção Médica	762.979 €	868.394 €	756.165 €	715.974 €	-47.005 €	-6,16%
Subsídios Familiares	29.685 €	31.712 €	31.465 €	24.346 €	-5.339 €	-17,99%
Subs. Estudo Filhos de Colab. Falecidos	2.450 €	2.150 €	2.950 €	2.250 €	-200 €	-8,16%
Prémios Escolares	26.830 €	45.950 €	79.368 €	36.200 €	9.370 €	34,92%
Subsídio de Estudo	719 €	8.566 €	24.149 €	16.482 €	15.763 €	2192,35%
Inatel	7.740 €	7.750 €	9.873 €	5.561 €	-2.179 €	-28,15%
Prémios Ana Caetano e Salvador Caetano	1.500 €	2.250 €	2.250 €	2.250 €	750 €	50,00%
Museu	0 €	1.030 €	1.881 €	4.089 €	4.089 €	-
TOTAL	831.903 €	967.802 €	908.101 €	807.152 €	-24.751 €	-2,98%

Quadro 1: Acções desenvolvidas pela F.S.C.

Na análise deste quadro será importante relevar que entre 2007 e 2010 as despesas com as acções de carácter social e cultural tiveram um decréscimo de -24.751 €, a que corresponde uma variação percentual de -2,98 %.

Comparativamente com 2007, o ano de 2010 revela que houve aumento nas rubricas “Prémios Escolares”, “Subsídio de Estudo”, “Prémios Ana Caetano e Salvador Caetano” e “Museu”. Em contrapartida, constata-se que as rubricas “Plano Complementar de Protecção Médica”, “Subsídios Familiares”, “Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos” e “INATEL” sofreram um decréscimo nos valores atribuídos.

PLANO COMPLEMENTAR DE PROTECÇÃO MÉDICA

No âmbito do Plano Complementar de Protecção Médica, sem dúvida o benefício de maior impacto social, quer pelo número de processos, quer pelo número de pessoas beneficiadas ou pelo valor envolvido, foi esta a variação ao longo dos anos 2007-2010:

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

RUBRICA	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2007 – 2010	VARIAÇÃO % 2007 – 2010
Honorários Médicos de Consultas	274.891 €	282.928 €	286.147 €	259.765 €	-15.126 €	-5,50%
Elementos Auxiliares de Diagnóstico	71.948 €	79.338 €	70.941 €	77.239 €	5.291 €	7,35%
Tratamentos	33.418 €	31.901 €	40.659 €	33.343 €	-75 €	-0,22%
Internamento	20.875 €	21.101 €	9.438 €	10.482 €	-10.393 €	-49,79%
Intervenção Cirúrgica	130.469 €	175.241 €	89.356 €	108.110 €	-22.359 €	-17,14%
Partos	31.485 €	46.531 €	33.132 €	13.786 €	-17.699 €	-56,21%
Próteses e Ortóteses	3.350 €	4.917 €	3.181 €	4.462 €	1.112 €	33,19%
Estomatologia	196.543 €	226.437 €	223.311 €	208.787 €	12.244 €	6,23%
TOTAL	762.979 €	868.394 €	756.165 €	715.974 €	-47.005 €	-6,16%

Quadro 2: Plano Complementar de Protecção Médica

O quadro seguinte demonstra a evolução do número de processos comparticipados pela Fundação Salvador Caetano, dividindo-os por escalões etários e separando os Colaboradores dos Não Colaboradores:

CLASSE ETÁRIA	2007			2008			2009			2010			VARIAÇÃO 2007-2010	VARIAÇÃO % 2007-2010
	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL	COLAB.	NÃO COLAB.	TOTAL		
00-15	0	3.583	3.583	0	3.925	3.925	0	4.244	4.244	0	3.955	3.955	372	10,38%
16-17	0	381	381	0	348	348	0	387	387	0	373	373	-8	-2,10%
18-24	191	586	777	230	690	920	276	645	921	166	617	783	6	0,77%
25-29	727	438	1.165	770	385	1.155	638	330	968	644	261	905	-260	-22,32%
30-34	1.217	963	2.180	1.259	922	2.181	1.138	738	1.876	1.098	784	1.882	-298	-13,67%
35-39	1.168	970	2.138	1.359	954	2.313	1.503	927	2.430	1.423	859	2.282	144	6,74%
40-44	1.376	859	2.235	1.309	865	2.174	1.468	920	2.388	1.305	892	2.197	-38	-1,70%
45-49	1.345	994	2.339	1.238	920	2.158	1.095	846	1.941	1.219	681	1.900	-439	-18,77%
50-54	1.064	774	1.838	1.334	1.029	2.363	1.351	1.005	2.356	1.335	861	2.196	358	19,48%
55-59	511	244	755	552	400	952	636	409	1.045	718	397	1.115	360	47,68%
60-61	50	62	112	98	65	163	81	47	128	133	47	180	68	60,71%
62-64	58	51	109	55	51	106	71	67	138	64	58	122	13	11,93%
65-99	29	16	45	33	41	74	21	49	70	18	71	89	44	97,78%
TOTAL	7.736	9.921	17.657	8.237	10.595	18.832	8.278	10.614	18.892	8.123	10.614	17.979	322	1,82%

Quadro 3: Evolução Número de Processos

O quadro em baixo reflecte a evolução dos valores de comparticipação ao longo do quadriénio 2007-2010, separando os Colaboradores dos Não Colaboradores.

	2007	2008	2009	2010
Colaboradores	341.882 €	416.762 €	335.675 €	329.789 €
Não Colaboradores	421.097 €	451.632 €	420.490 €	386.185 €
TOTAL	762.979 €	868.394 €	756.165 €	715.974 €

Quadro 4: Valores PCPM Atribuídos a Colaboradores e Não Colaboradores

Através deste quadro constata-se que, de forma consistente, a maior fatia do valor dispendido com as comparticipações médicas é referente a pessoas que não integram o Grupo Salvador Caetano, mas são familiares directos dos colaboradores.

Ainda relativamente ao Plano Complementar de Protecção Médica é de realçar que, com este benefício, a Fundação Salvador Caetano, embora humildemente, está a contribuir para um melhor desempenho da economia portuguesa. De facto, sem este Plano, muitos destes actos médicos passariam para a alçada do Serviço Nacional de Saúde, ou outros sistemas e sub-sistemas similares, cujos custos seriam directamente suportados pelo Estado.

Queremos ainda salientar que, pelo facto de comparticiparmos os actos médicos, 70% dessas despesas deixam de ser dedutíveis em sede de IRS. Paralelamente, obrigam-se todos os beneficiários a exigir recibo dos actos médicos praticados. Estas duas situações concretas contribuem, inequivocamente, para um melhor desempenho das contas públicas portuguesas.

Também poderemos afirmar que o Plano Complementar de Protecção Médica contribui, de forma directa, para um melhor funcionamento da saúde em Portugal. Mesmo as listas de espera para cirurgia diminuem ao abrigo deste benefício. De facto, tanto Hospitais como Unidades de Saúde libertam-se de milhares de actos médicos suportados pela Fundação Salvador Caetano, em cada ano.

Não menos importante é o facto de que este Plano Complementar de Protecção Médica também contribui para a diminuição do absentismo e consequente aumento de produtividade nacional. É que, enquanto o recurso às consultas e outros actos médicos e paramédicos através do SNS é feito durante as horas de expediente, através do sistema privado esses mesmos actos poderão efectuar-se fora das horas normais de trabalho.

SUBSÍDIOS FAMILIARES

No período em análise, os Subsídios Familiares tiveram a seguinte “evolução”

SUBSIDIO	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2007 – 2010	VARIAÇÃO % 2007 – 2010
Nascimento	14.280 €	17.255 €	14.875 €	12.733 €	-1.547 €	-10,83%
Casamento	14.931 €	13.746 €	16.116 €	10.665 €	-4.266 €	-28,57%
Morte	474 €	711 €	474 €	948 €	474 €	100,00%
TOTAL	29.685 €	31.712 €	31.465 €	24.346 €	-5.339 €	-17,99%

Quadro 5: Subsídios Familiares

Neste benefício será de destacar o esforço que a Fundação vem mantendo com a continuidade de programas que o Estado também já teve mas que, contudo, deixou de ter. Referimo-nos aos Subsídios de Nascimento e Casamento que a Segurança Social aboliu há anos atrás e que esta instituição decidiu manter em prol dos seus beneficiários.

Relevamos ainda o facto de, com a manutenção do Subsídio de Nascimento, a Fundação Salvador Caetano incentivar a natalidade há mais de duas décadas, colaborando com o esforço feito pelo Estado português visando o rejuvenescimento da sua população.

Será da maior importância referir ainda que, no ano de 2009, procedeu-se à alteração do Regulamento do “Subsídio por Morte” tornando este extensivo aos filhos maiores sem direito a abono de família desde que reunidos os seguintes pressupostos:

- Sempre tenha vivido na total dependência dos pais
- Apresente uma doença grave e incapacitante para o trabalho

Com esta pequena adaptação, o Subsídio por Morte tornou-se uma ferramenta mais abrangente e mais solidária em situações de sofrimento.

PRÉMIOS ESCOLARES

Com o objectivo de premiar o esforço dos que se preocupam com a sua formação individual, contribuindo assim duma forma efectiva para o desenvolvimento da comunidade e do país, a Fundação Salvador Caetano instituiu para os seus beneficiários prémios escolares que tiveram a seguinte evolução durante o período 2007-2010:

ANO ESCOLARIDADE	2007		2008		2009		2010		VARIACÃO 2007-2010
	Nº. OCORR.	VALOR	Nº. OCORR.	VALOR	Nº. OCORR.	VALOR	Nº. OCORR.	VALOR	
5º	2	180 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	-180 €
2º Ciclo Básico	4	425 €	6	750 €	0	0 €	0	0 €	-425 €
7º	14	1.750 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	-1.750 €
8º	18	2.700 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	-2.700 €
3º Ciclo Básico	41	7.750 €	160	32.000 €	175	35.000 €	55	11.000 €	3.250 €
10º	1	200 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	-200 €
11º	1	225 €	0	0 €	0	0 €	0	0 €	-225 €
Ensino Secundário	11	2.750 €	15	3.750 €	140	34.950 €	76	19.000 €	16.250 €
1º Ano Lic. / CET	6	1.650 €	3	825 €	6	1.650 €	5	1.375 €	-275 €
2º Ano Licenciatura	1	300 €	5	1.500 €	2	600 €	1	300 €	0 €
3º Ano Licenciatura	0	0 €	4	1.300 €	7	2.293 €	2	650 €	650 €
4º Ano Lic./1º Ano Mest.	8	2.800 €	4	1.400 €	3	1.050 €	2	700 €	-2.100 €
5º Ano Lic./2º Ano Mest.	6	1.900 €	3	1.125 €	1	375 €	3	1.125 €	-775 €
Pós-Graduação	4	2.000 €	3	1.500 €	2	1.000 €	3	1.500 €	-500 €
MBA	4	2.200 €	0	0 €	0	0 €	1	550 €	-1.650 €
Mestrado	0	0 €	3	1.800 €	2	1.200 €	0	0 €	0 €
Doutoramento	0	0 €	0	0 €	1	1.250 €	0	0 €	0 €
TOTAL	121	26.830 €	206	45.950 €	339	79.368 €	148	36.200 €	9.370 €

Quadro 6: Prémios Escolares

Ao analisarmos o Quadro 6 verificamos que entre 2007 e 2010 o valor dispendido com a Rubrica “Prémios Escolares” aumentou 35%. Este fenómeno é consequência directa do programa governamental “Novas Oportunidades” que levou muitos dos nossos beneficiários aos bancos da escola e a concluir com êxito os níveis académicos aos quais submeteram os seus conhecimentos e competências adquiridos ao longo da sua carreira profissional. Será deveras importante relevar que entre os anos de 2007 e 2010, 431 dos nossos beneficiários completaram o 3º Ciclo do Ensino Básico e 242 concluíram com êxito o Ensino Secundário.

Relativamente ao mérito deste benefício apraz-nos ainda registar o número de licenciaturas, pós-graduações e mestrados que, ao abrigo deste programa, foi obtido ao longo dos anos.

Será ainda justo relevar e divulgar o facto de alguns beneficiários que apresentavam como Habilitação o 1º Ciclo do Ensino Básico (4ª Classe) e que, motivados e incentivados financeiramente por este programa, registaram uma evolução académica que só terminou com a licenciatura.

Estamos convictos de que ao premiar os colaboradores das empresas aderentes que pretendem evoluir em termos académicos, a Fundação Salvador Caetano está a dar um grande contributo para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Também é de realçar que esses colaboradores premiados, sempre que pretendem abandonar as empresas do Grupo Salvador Caetano o podem fazer sem qualquer tipo de obrigação ou inibição, levando consigo os conhecimentos e o saber adquiridos. Desta forma, quem beneficia desta mais-valia serão as empresas ou instituições receptoras duma mão-de-obra que se qualificou ao abrigo deste programa.

Convirá lembrar que em 2007 foi criado o Programa “Subsídio de Estudo” que abarca os Cursos de Ensino Superior, as Pós-Graduações, os Mestrados e os Doutoramentos. Por este facto, muita da formação superior que apoiamos não está reflectida neste quadro.

Será ainda importante referir que em 2006 o governo português apresentou o programa “Novas Oportunidades” que visava a “qualificação de um milhão de portugueses até 2010”. Porque o programa “Prémios Escolares” também premeia a conclusão destes ciclos académicos, a Fundação Salvador Caetano motiva os seus beneficiários à frequência deste processo de requalificação contribuindo desta forma para o êxito do programa governamental.

Como facto relevante é imperioso informar ainda que no ano de 2009 foi alterado o “Regulamento de Atribuição dos Prémios Escolares para Beneficiários Estudantes” adaptando o mesmo às profundas alterações verificadas na área do Ensino.

SUBSÍDIO DE ESTUDO

SUBSIDIO	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO %
					2007 – 2010	2007 – 2010
Subsídio de Estudo	719 €	8.566 €	24.149 €	16.482 €	15.763 €	2192,35%

Quadro 7: Subsídio de Estudo

Num mundo cada vez mais competitivo, as Empresas só terão viabilidade se o seu activo humano (os colaboradores) estiverem sujeitos a constante formação. Só é possível acompanhar o ritmo dos novos conhecimentos, das novas tecnologias e das novas ferramentas com a actualização sistemática de todos os colaboradores. Por isso, a formação é, cada vez mais, um factor de sucesso das pessoas e das empresas.

Com o objectivo de incentivar o esforço dos que se preocupam com a sua formação, contribuindo assim, duma forma efectiva, para o desenvolvimento das empresas do Grupo Salvador Caetano, da comunidade e do País, a Fundação Salvador Caetano criou em 2007 o apoio “Subsídio de Estudo” o qual visava complementar o programa “Prémios de Estudo”.

Poderão usufruir deste programa todos os beneficiários com mais de seis meses de serviço efectivo nas empresas instituidoras e aderentes e só serão considerados para efeito de atribuição do Subsídio de Estudo os cursos que forem avaliados como tendo importância para a estratégia das Empresas e do Grupo.

Em 2010, o valor gasto com esta rubrica atingiu 16.482 €, confirmando a nossa convicção de que este programa teria grande êxito junto dos nossos beneficiários.

SUBSÍDIO DE ESTUDO PARA FILHOS DE COLABORADORES FALECIDOS

Através da atribuição deste subsídio a Fundação tem por objectivo apoiar os jovens estudantes (e respectiva família) que, privados de pai ou mãe, queiram continuar a sua carreira académica.

Este benefício tem um duplo efeito: serve de estímulo para os jovens continuarem com a sua vida académica e, paralelamente, funciona como uma ferramenta de apoio financeiro às famílias que se vêem privadas dum salário no seu orçamento familiar.

SUBSIDIO	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2007 – 2010	VARIAÇÃO % 2007 – 2010
Subsídio de Estudo Filhos Colaboradores Falecidos	2.450 €	2.150 €	2.950 €	2.250 €	-200 €	-8,16%

Quadro 8: Subsídio de Estudo p/ Filhos Colaboradores Falecidos

Será importante referir ainda que durante o ano de 2009 procedeu-se à modificação dos Regulamentos do “Subsídio de Estudo para Filhos de Colaboradores Falecidos” aumentando em 50,00 € todos os escalões atribuídos. Com esta alteração a Administração da Fundação Salvador Caetano demonstrou estar atenta e preocupada com os problemas económicos, financeiros e sociais que, transversalmente, atravessam toda a sociedade portuguesa, com especial impacto nas famílias socialmente mais desfavorecidas.

INATEL

Como forma de apoiar e estimular a prática do desporto e do lazer, contribuindo assim para o desenvolvimento do bem-estar social, a Fundação Salvador Caetano paga a inscrição dos seus beneficiários no INATEL, bem com as respectivas quotas anuais.

SUBSIDIO	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2007 – 2010	VARIAÇÃO % 2007 – 2010
Inatel	7.740 €	7.750 €	9.891 €	5.561 €	-2.179 €	-28,15%

Quadro 9: INATEL

MUSEU

O projecto museológico continua estrategicamente num impasse para clarificação e redefinição de objectivos. Assim se explica a continuada quase ausência de custos na Rubrica MUSEU.

SUBSIDIO	2007	2008	2009	2010	VARIAÇÃO 2007 – 2010	VARIAÇÃO % 2007 – 2010
Museu	0 €	1.030 €	1.881 €	4.089 €	4.089 €	-

Quadro 10: MUSEU

RELAÇÃO RECEITAS / DESPESAS COM ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O quadro abaixo apresentado reflecte a relação existente entre Receitas Ordinárias (leia-se Participação Mensal das empresas aderentes à Fundação Salvador Caetano) e Despesas com a Acção Social e Cultural.

ANO	RECEITAS ORDINÁRIAS	DESPESAS C/ ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL	DIFERENÇA	RELAÇÃO DESPESAS / RECEITAS %
2007	1.005.123 €	831.903 €	173.220 €	82,77%
2008	870.177 €	967.802 €	-97.625 €	111,22%
2009	835.013 €	908.101 €	-73.088 €	108,75%
2010	786.064 €	807.152 €	-21.088 €	102,68%
TOTAL	3.496.377 €	3.514.958 €	-18.581 €	100,53%

Quadro 11: Relação Despesas com Acção Social e Cultural / Receitas Ordinárias

É de salientar que a relação entre as Despesas com a Acção Social e Cultural e as Receitas Ordinárias teve, pela primeira vez, um desequilíbrio no ano de 2008, com continuidade em 2009 e 2010. Esta diferença acumulada de -191.801 € deve-se a três factores:

- A diminuição da participação mensal que passou de 1,5%, para 1,2% sobre o montante das remunerações ilíquidas;
- A implementação do Programa “Subsídio de Estudo”;
- O programa escolar governamental “Novas Oportunidades”.

Queremos realçar que, quando foi decidida a diminuição da comparticipação mensal, aliada ao facto da criação do benefício “Subsídio de Estudo” e do grande incremento que o programa “Novas Oportunidades” estava a ter, a Administração da Fundação Salvador Caetano tinha consciência do desequilíbrio que se iria verificar na relação entre as Despesas com a Acção Social e Cultural e as Receitas Ordinárias.

Isto vem uma vez mais demonstrar o grande esforço que esta Instituição tem vindo a suportar na implementação das suas actividades em benefício dos trabalhadores do Grupo Salvador Caetano.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Digníssima Administração da Fundação Salvador Caetano propõe por unanimidade que o resultado positivo do exercício, no valor de 800.949 € transite para a Conta de Resultados Transitados juntando-se assim aos restantes Capitais Próprios da Instituição. Assim como, as variações decorrentes nos capitais próprios, aquando da transição para o novo normativo contabilístico, no montante de 1.146.089 €, transite para a Conta de Resultados Transitados.

Vila Nova de Gaia, 28 de Fevereiro de 2011

O Técnico Oficial de Contas

José Flávio Águeda de Figueiredo

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente

Salvador Acácio Martins Caetano

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2010

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	8.435	221.812
Activos intangíveis	6	-	-
Outros activos financeiros	7	16.703.370	2.924.959
Total do activo não corrente		16.711.805	3.146.771
ACTIVO CORRENTE:			
Outras contas a receber		62.833	100.709
Outros instrumentos financeiros	7	1.546.204	7.534.215
Diferimentos	8	2.164	1.829
Caixa e depósitos bancários	4	618.671	7.370.501
Total do activo corrente		2.229.872	15.007.254
Total do activo		18.941.677	18.154.025
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social	9	124.699	124.699
Outras variações de capital próprio		1.146.089	1.146.089
Resultados transitados		16.789.461	18.337.355
		18.060.249	19.608.143
Resultado líquido do exercício		800.949	(1.547.894)
Total dos fundos patrimoniais		18.861.198	18.060.249
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		79.771	93.498
Estado e outros entes públicos	10	303	274
Outras contas a pagar	11	405	3
Total do passivo corrente		80.479	93.776
Total do passivo		80.479	93.776
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		18.941.677	18.154.025

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
Contribuições Comuns	12	1.438.177	1.335.482
Benefícios e Subsídios concedidos	14	(807.153)	(908.100)
Fornecimentos e serviços externos	13	(32.541)	(28.717)
Aumentos / reduções de justo valor	7	(28.653)	(2.301.543)
Outros rendimentos e ganhos	15	374.997	330.890
Outros gastos e perdas	16	(29.656)	(84.376)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		915.172	(1.656.365)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(213.377)	(213.377)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		701.795	(1.869.742)
Juros e rendimentos similares obtidos	17	100.737	328.739
Juros e gastos similares suportados	17	(1.583)	(6.891)
Resultado antes de impostos		800.949	(1.547.894)
Imposto sobre o rendimento do exercício	3.5	-	-
Resultado líquido do exercício		800.949	(1.547.894)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas
em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

FUNDOS PATRIMONIAIS

	Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações fund. patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2009	2	124.699	-	18.206.741	-	130.613	18.462.053
Efeitos da conversão SNC					1.146.089		1.146.089
Resultado integral do exercício						(1.547.894)	(1.547.894)
Aplicação de resultados				130.613		(130.613)	-
		-	-	-		(1.547.894)	(1.547.894)
Posição em 31 de Dezembro de 2009		<u>124.699</u>	<u>-</u>	<u>18.337.355</u>	<u>1.146.089</u>	<u>(1.547.894)</u>	<u>18.060.249</u>

FUNDOS PATRIMONIAIS

	Notas	Fundo Social	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações fund. patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2010	2	124.699	-	18.337.355	1.146.089	(1.547.894)	18.060.249
Resultado integral do exercício						800.949	800.949
Aplicação de resultados				(1.547.894)		1.547.894	-
		-	-	(1.547.894)		2.348.843	800.949
Posição em 31 de Dezembro de 2010		<u>124.699</u>	<u>-</u>	<u>16.789.461</u>	<u>1.146.089</u>	<u>800.949</u>	<u>18.861.198</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. OPERACIONAIS:		
Recebimentos de contribuições	1.477.132	1.327.890
Pagamentos a fornecedores	(816.791)	(885.773)
Fluxos gerados pelas operações	660.341	442.117
Pagamento de Retenções de Imposto	(3.429)	(3.292)
Outros recebimentos / pagamentos	(42.451)	(28.685)
Fluxos das actividades operacionais [1]	<u>614.461</u>	<u>410.139</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	(16.520)
Investimentos financeiros	(14.998.751)	(3.997.638)
Juros e custos similares	(5.338)	(4.820)
	<u>(15.004.089)</u>	<u>(4.018.978)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	7.540.621	7.483.403
Juros e rendimentos similares	27.477	157.181
Dividendos	69.700	169.182
	<u>7.637.799</u>	<u>7.809.766</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>(7.366.290)</u>	<u>3.790.788</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(6.751.830)	4.200.927
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	7.370.501	3.169.574
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	618.671	7.370.501

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Salvador Caetano (“Fundação”) é uma pessoa colectiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles é omissa, pela legislação Portuguesa aplicável. A Fundação tem sede na Avenida Vasco da Gama, 1410, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

A Fundação Salvador Caetano foi constituída por escritura pública de 10 de Julho de 1981, lavrada no 1º Cartório Notarial do Porto e outorgada pelo Sr. Salvador Fernandes Caetano, e visa em geral fins sociais, educativos, artísticos e culturais, beneficiando actualmente cerca de 12.000 utentes, estando uma parte significativa destes utentes ligados directa e indirectamente ao Grupo Salvador Caetano. As sociedades fundadoras da Fundação Salvador Caetano foram as seguintes:

- Salvador Caetano – IMVT, S.A. (actualmente denominada Toyota Caetano Portugal, S.A.);
- Transmotor – SCIVTM, S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.;
- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.;

- Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.;
 - Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.
- (estas quatro últimas sociedades foram posteriormente objecto de fusão tendo dado origem à actual Caetano Auto, S.A.)

De acordo com despacho de 13 de Fevereiro de 1995 proferido por Sua Excelência o então Primeiro Ministro Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, a Fundação foi declarada instituição de utilidade pública.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)

A Fundação Salvador Caetano adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a Fundação preparou o seu balanço de abertura a essa data.

A Fundação alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade – “POC”), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010.

Reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2009 (data de transição) e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	01-01-2009 (data de transição)	31-12-2009 (data do último relato POC)
Capital Próprio de acordo com anterior referencial contabilístico	18.462.054	18.256.113
Ajustamentos em Activos Intangíveis	(59.856)	(29.928)
Mensuração ao Justo Valor de Investimentos Financeiros e Outros Instrumentos Financeiros	1.205.945	(165.936)
Ajustamento total em Capital Próprio	1.146.089	(195.864)
Capital Próprio de acordo com as NCRF	19.608.143	18.060.249

Os principais efeitos decorrentes da conversão de contas para o novo normativo contabilístico SNC e que originaram impactos patrimoniais na data de transição e em 31 de Dezembro de 2009 respeitam a:

- Os activos fixos tangíveis e intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. Procedeu-se ao desreconhecimento de activos intangíveis, em virtude de os mesmos (trespasse) não preencherem os critérios de capitalização previstos na NCRF 6;
- No anterior normativo (POC), a Fundação registava os vários activos financeiros que compunham a sua carteira de investimentos (investimentos financeiros em partes de capital em outras empresas que não subsidiárias e/ou associadas, obrigações, fundos de investimento, etc...) ao respectivo custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. No actual normativo, os outros activos financeiros da Fundação são genericamente registados ao justo valor (com excepção para os investimentos financeiros em entidades não cotadas, os quais, em virtude da dificuldade em determinar o respectivo justo valor, estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade), tendo tal alteração provocado os impactos acima referidos.

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

Os efeitos, no balanço em 31 de Dezembro de 2009, derivados da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as NCRF, detalham-se como se segue:

31.12.2009		POC	Ajustamentos de Conversão para SNC	Reclassificação de conversão para SNC	SNC
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis		221.812			221.812
Activos intangíveis	a)	29.928	(29.928)		(0)
Outros activos financeiros	b)			2.924.959	2.924.959
Total activo não corrente		251.740	(29.928)	2.924.959	3.146.771
Activo corrente					
Outras contas a receber		100.709			100.709
Outros activos financeiros	b)	10.625.110	(165.936)	(2.924.959)	7.534.215
Diferimentos		1.829			1.829
Caixa e depósitos bancários		7.370.501			7.370.501
Total activo corrente		18.098.149	(165.936)	(2.924.959)	15.007.254
Total do Activo		18.349.889	(195.864)	-	18.154.025
Fundos Patrimoniais					
Fundo Social		124.699			124.699
Resultados transitados		18.337.355			18.337.355
Outras Variações de Cap. Próprio		-	1.146.089		1.146.089
Resultado líquido do exercício		(205.941)	(1.341.953)		(1.547.894)
Totalos Fundos Patrimoniais		18.256.113	(195.864)	-	18.060.249
Passivo corrente					
Fornecedores		93.498			93.498
Estado e outros entes públicos		274			274
Outras contas a pagar		3			3
Total do Passivo		93.776	-	-	93.776
Total do Passivo e Capital Próprio		18.349.889	(195.864)	-	18.154.025

Em 31 de Dezembro de 2009 os Outros activos financeiros (correntes e não correntes) eram como segue:

Títulos	Valor Carteira 2009
Acções não Cotadas	2.924.959
Acções Cotadas	3.273.360
Obrigações	522.000
Carteiras Discricionárias	833.689
Fundo Imobiliário	2.905.166
Total	10.459.174

Reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Rubrica	Exercício findo 31-12-2009
De acordo com o anterior referencial contabilístico	(205.941)
Mensuração ao Justo Valor dos Investimentos Financeiros e outros activos financeiros	(1.371.881)
Ajustamento em depreciações pelo desreconhecimento dos activos intangíveis	29.928
Efeito Total	(1.341.953)
De acordo com as NCRF	(1.547.894)

O efeito na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 é detalhado como se segue:

31.12.2009	POC	Ajustamentos de Conversão para SNC	Reclassificação da conversão para SNC	SNC
Contribuições Comuns	1.335.482			1.335.482
Benefícios e Subsídios concedidos	(908.100)			(908.100)
Fornecimentos e Serviços Externos	(28.717)			(28.717)
Aumentos/reduções de Justo valor	a) 0	(1.371.881)	(929.662)	(2.301.543)
Outros Rendimentos e Ganhos	b) 34.511		296.378	330.890
Outros Gastos e Perdas	c) 0		(84.376)	(84.376)
Res. antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	433.176	(1.371.881)	(717.660)	(1.656.365)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	d) (243.305)	29.928		(213.377)
Res. operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	189.871	(1.341.953)	(717.660)	(1.869.742)
Juros e rendimentos similares obtidos	625.118		(296.378)	328.739
Juros e gastos similares suportados	e) (1.020.930)		1.014.038	(6.891)
Resultados antes de impostos	(205.941)	(1.341.953)	-	(1.547.894)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-			-
Resultado líquido do exercício	(205.941)	(1.341.953)	-	(1.547.894)

a) Decorrente da alteração de mensuração da generalidade dos instrumentos financeiros que compõem a carteira da Fundação para justo valor através de resultados, verifica-se um impacto na Demonstração dos Resultados de, aproximadamente, 1.372.000 Euros em 31 de Dezembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, foram ainda reclassificados para esta rubrica os ganhos e perdas de valor em Obrigações, Acções e Unidades de participação em Fundos de Investimento, que anteriormente se encontravam registados em Resultados Financeiros.

- b) Reclassificação de conta de ganhos obtidos pela alienação de instrumentos financeiros que se encontravam registados em “Juros e Rendimentos Similares Obtidos”, no valor de 296.378 €.
- c) Reclassificação de conta de perdas suportadas pela alienação de instrumentos financeiros que se encontravam registados em “Juros e Gastos Similares Suportados”, no valor de 84.376 €.
- d) Reversão das amortizações decorrentes do desreconhecimento de activos intangíveis que não preenchem os critérios de capitalização da NCRF 6.
- e) Anulação do registo das perdas reconhecidas por ajustamentos de investimentos financeiros. Estes ajustamentos são efectuados pelo método directo nas respectivas contas de instrumentos financeiros por contrapartida da conta aumentos ou reduções por justo valor.

A Fundação até 31 de Dezembro de 2009 não apresentava Demonstração dos Fluxos de Caixa, dado que, de acordo com a legislação em vigor se encontrava isenta de o fazer. Desta forma, não são apresentados os efeitos da transição para as NCRF.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4 a 8
Espólio Museológico	5

O Espólio Museológico acima referido contempla essencialmente viaturas e autocarros que serão utilizados no projecto do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3- Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Em 31 de Dezembro de 2010 os activos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4- Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que

possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5- Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto do Ministro das Finanças, António Luciano Pacheco de Sousa Franco e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues datado de 25 de Fevereiro de 1999, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas relativamente às categorias C, E, F e G. Consequentemente, a Fundação encontra-se isenta de qualquer Imposto sobre o Rendimento.

3.6- Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7- Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado, e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os activos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e

O custo amortizado é determinado através do método do juro efectivo. O juro efectivo é calculado através da taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro (taxa de juro efectiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes activos e passivos financeiros:

Outras contas a receber

Os saldos de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes activos financeiros não difere do seu valor nominal.

Outros activos financeiros

Os outros activos financeiros, que incluem, por exemplo, valores de papel comercial são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade, no entanto, dado que se tratam de instrumentos de curto prazo e a especialização do juro corrido é

realizada na linha de Balanço em que estes activos se encontram registados, o seu valor não difere substancialmente do seu justo valor.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os activos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais activos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os activos financeiros classificados como “Outros activos financeiros (correntes e não correntes), nomeadamente os investimentos financeiros em entidades cotadas em mercados regulamentados e em entidades não cotadas, cuja participação não configure qualquer controlo e/ou influência significativa (ou seja, em situações que não empresas subsidiárias e empresas associadas). Nas situações em que o justo valor dos investimentos em entidades não cotadas não é possível de determinar, os mesmos são registados pelo respectivo custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

São considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados activos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais

acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8- Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada data de relato, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo ou negativo é reconhecido como um activo ou passivo financeiro, respectivamente, na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Em 31 de Dezembro de 2010 a Fundação não tinha contratados quaisquer instrumentos financeiros.

3.9- Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, participações de aderentes à Fundação, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por participação em despesas de projectos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos, sendo reconhecidos na rubrica da Demonstração dos resultados “Contribuições comuns”.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10- Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para actividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como custo na demonstração dos resultados, na rubrica de “Benefícios e Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são aprovados pelo Conselho de Administração, independentemente do exercício em que o desembolso venha a ser efectuado e mantidos no balanço, na rubrica de “Outras contas a pagar”, enquanto não forem pagos.

3.11- Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 - Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.13 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	383.671	630.501
Depósitos a Prazo	235.000	6.740.000
	618.671	7.370.501

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de Depósitos a Prazo era constituída por um depósito a prazo no Banco Finantia, vencendo juros a taxas de mercado, sendo imediatamente mobilizáveis, implicando apenas a perda do juro corrido.

Relativamente aos fluxos de caixa dos investimentos financeiros ocorridos durante o exercício de 2010, detalha-se conforme se segue:

	Acções	Valor Unit.	Total
Pagamentos:			
Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.	8.478.661	1,769	14.998.751
			14.998.751
Recebimentos:			
Fundo de Pensões Salvador Caetano	670.006	4,100	2.747.025
Caetano Auto, S.A.	580.476	5,192	3.013.947
Caetano Auto, S.A.	692.295	0,850	588.451
Saltano Investimentos e Gestão, SGPS, S.A.	700.705	1,700	1.191.199
			7.540.621

O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

31.12.2010	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Activos			
Saldo Inicial	17.066	1.062.639	1.079.705
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	17.066	1.062.639	1.079.705
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	16.868	841.025	857.893
Amortizações do exercício	23	213.354	213.377
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	16.892	1.054.379	1.071.270
Activos Líquidos	175	8.260	8.435

31.12.2009	Equipamento Administrativo	Espólio Museológico	Total
Activos			
Saldo Inicial	17.066	1.046.119	1.063.185
Aquisições	-	16.520	16.520
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	17.066	1.062.639	1.079.705
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	16.845	627.671	644.516
Amortizações do exercício	23	213.354	213.377
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	16.868	841.025	857.893
Activos Líquidos	198	221.614	221.812

Os activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes. A rubrica “Espólio Museológica” compreende essencialmente viaturas e autocarros que farão parte do “Museu Salvador Caetano dos Transportes Terrestres”.

6 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO

31.12.2010	Programas de Computador	Total
Activos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Amortizações do exercício	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo final	6.148	6.148
Activos Líquidos	-	-

31.12.2009	Programas de Computador	Total
Activos		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo final	6.148	6.148
Amortizações acumuladas e perdas por Imparidade		
Saldo Inicial	6.148	6.148
Amortizações do exercício	-	-
Alienações	-	-
Transferências e abates	-	-
Saldo final	6.148	6.148
Activos Líquidos	-	-

7 INVESTIMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros e os Outros Activos Financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

Títulos	Valor Carteira 2010	Valor Carteira 2009
Acções não Cotadas	16.703.370	2.924.959
Acções Cotadas	125.300	3.273.360
Obrigações	522.000	522.000
Carteiras Discrecionárias	898.904	833.689
Fundo Imobiliário	0	2.905.166
Total	18.249.574	10.459.174

Os activos financeiros acima referidos encontram-se registados a Justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua actualização registados nas rubricas da Demonstração dos resultados “Aumentos / reduções de Justo valor”. Relativamente aos investimentos financeiros correspondentes a acções de entidades não cotadas (essencialmente participações de capital em empresas inseridas no Grupo Salvador Caetano), uma vez que não foi possível determinar o respectivo justo valor à data de balanço, os mesmos encontram-se reflectidos pelo respectivo custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, se aplicável.

Em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe dos Investimentos Financeiros e de Outros activos financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Activos Financeiros Correntes			
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	C. Aquisição
Obrigações			
BPN Rendimento Mais	3.000	100,00	300.000
CX BPN 2005	2.220	100,00	222.000
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Acções Cotadas			
Sonae SGPS	96.979	0,78	75.644
Toyota Caetano Portugal, S.A.	4.639	2,49	11.551
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6.574	1,91	12.556
Norvalor, S.A.	10	0,40	4
Portugal Telecom, S.A.	804	8,38	6.738
EDP, S.A.	1.250	2,49	3.114
Futebol Clube do Porto, SAD	500	0,90	450
Sonae.com, SGPS, S.A.	500	1,35	675
BCP	16.934	0,54	9.120
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12.121	0,41	4.970
Zon Multimédia, S.A.	141	3,39	478
Outros Títulos			
Carteira Discricionária Millenium	-	-	662.726
Gestão de Patrimónios Bancários	-	-	236.178
TOTAL			1.546.204

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2010)

Outros Activos Financeiros Não Correntes

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	C. Aquisição
Acções não Cotadas				
Grupo SC, SGPS	11.232.512	6,69%	1,34	14.998.750
Baviera, S.A.	456.000	3,00%	3,74	1.704.620
TOTAL				16.703.370

Em 31 de Dezembro de 2009 o detalhe dos Investimentos Financeiros e de Outros activos financeiros da Fundação apresentava a seguinte composição:

Outros Activos Financeiros Correntes

Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	C. Aquisição
Obrigações			
BPN Rendimento Mais	3.000	100,00	300.000
CX BPN 2005	2.220	100,00	222.000
Títulos	Quant.	V. Unit. (*)	Justo Valor
Acções Cotadas			
Sonae SGPS	96.979	0,87	84.372
Toyota Caetano Portugal, S.A.	670.006	3,80	2.546.023
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	6.574	2,58	16.960
Norvalor, S.A.	10	12,50	125
Portugal Telecom, S.A.	804	8,52	6.850
EDP, S.A.	1.250	3,11	3.888
Futebol Clube do Porto, SAD	500	1,32	660
Sonae.com, SGPS, S.A.	500	1,93	965
BCP	709.229	0,85	602.845
Sonae Capital, SGPS, S.A.	12.121	0,83	10.060
Zon Multimédia, S.A.	141	4,34	612
Outros Títulos			
Carteira Discricionária Millenium	-	-	609.396
Gestão de Patrimónios Bancários	-	-	224.293
UP CIMÓVEL - FIIF (NORFIN)	-	-	2.905.166
TOTAL			7.534.215

(*) - Valor Unitário ao Justo Valor (cotação bolsista em 31.12.2009)

Outros Activos Financeiros Não Correntes

Títulos	Quant.	% Detida	V. Unit. (*)	C. Aquisição
Acções não Cotadas				
Caetano Auto, S.A.	700.705	2,70%	1,74	1.220.339
Baviera, S.A.	456.000	3,00%	3,74	1.704.620
TOTAL				2.924.959

As participações financeiras em Acções geraram proveitos relacionados com Dividendos recebidos (Nota 17) no montante de 73.259 Euros (135.296 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 o saldo da rubrica do activo corrente “Diferimentos” é composto por custo de arrendamento no valor de 1.835 € e custo de seguro no valor de 329 €.

9 FUNDO SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital Fundacional ascende a 124.699 Euros.

Composição do Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

Salvador Caetano – I.M.V.T., S.A. (actualmente denominada TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA, conforme escritura de 28 de Dezembro de 2006)	74.820 €
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Minho), S.A.	7.507 €
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Coimbra), S.A.	4.639 €
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Setúbal), S.A.	5.587 €
Salvador Caetano – Comércio de Automóveis (Algarve), S.A.	4.414 €
Transmotor – S.C.I.V.T.M., S.A.	27.733 €
(empresas fusionadas e que deram origem à actual CAETANO AUTO, SA)	

10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica “Estado e outros entes públicos” refere-se a retenção de imposto pelo custo suportado com o arrendamento de instalações.

11 OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Outras Contas a Pagar” diz respeito a despesas de funcionamento da Fundação e apresenta em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009, o valor de 405 € e 3 €, respectivamente.

12 CONTRIBUIÇÕES COMUNS

As contribuições comuns auferidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009, são as seguintes:

	31.12.2010	31.12.2009
Contribuição de Adesão	2.113	469
Subvenção Anual	650.000	500.000
Contribuição Mensal	786.064	835.013
	1.438.177	1.335.482

13 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Trabalhos Especializados	1.337	1.662
Vigilância e Segurança	575	506
Material de Escritório	598	2.315
Energia e Fluidos	490	538
Rendas e Alugueres	23.545	21.257
Comunicação	469	431
Seguros	84	742
Contencioso e Notariado	25	50
Outros Serviços e Fornecimentos	5.418	1.216
	32.541	28.717

14 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A rubrica “Benefícios e Subsídios concedidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é detalhada conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Plano Complementar Protecção Médica	715.975	756.164
Subsídios Familiares	24.346	31.465
Colaboradores Falecidos	2.250	2.950
Prémios Escolares	36.200	79.368
Subsídio de Estudo	16.482	24.149
Fundação Inatel	5.561	9.873
Prémios Ana Caetano e Salvador Caetano	2.250	2.250
Projecto Museu	4.089	1.881
	807.153	908.100

15 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Ganhos provenientes da alienação de instrumentos financeiros		
Acções	201.002	184
Fundos	108.781	150.043
Outros rendimentos e ganhos	65.215	180.662
	374.997	330.890

Os valores correspondentes a “Ganhos provenientes da alienação de instrumentos financeiros” referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira encontram-se, genericamente, registados pelo seu Justo valor, reflectindo os rendimentos acima a diferença entre os valores realizados na alienação e o Justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização.

16 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 2009 é conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Perdas provenientes da alienação de instrumentos financeiros		
Acções	29.141	83.338
Outros Títulos	-	1.038
Impostos	15	-
Quotizações	500	-
	29.656	84.376

Os valores correspondentes a “Perdas provenientes da alienação de instrumentos financeiros” referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de activos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os activos financeiros da carteira encontram-se, genericamente, registados pelo seu Justo valor, reflectindo os gastos acima a diferença entre os valores realizados na alienação e o Justo valor dos activos em causa à data da sua última actualização.

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são detalhados conforme se segue:

	31.12.2010	31.12.2009
Juros Obtidos	27.477	193.443
Dividendos (Nota 7)	73.259	135.296
Encargos Bancários	(1.583)	(6.891)
	99.154	321.848

18 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existem assuntos e ou acontecimentos relevantes posteriores a 31 de Dezembro de 2010, de qualquer natureza, não incluídos ou divulgados nas demonstrações financeiras anexas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO